



Planners Auditores Independentes

 ação
educativa

ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

**Relatório de Auditoria do Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2011**



<u>ÍNDICE</u>	<u>FOLHA</u>
RESUMO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA	03
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	04
NOTAS DA AUDITORIA	06
1) CONSTITUIÇÃO JURÍDICA	06
2) REPRESENTAÇÃO LEGAL	07
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	08
4) IMPOSTO DE RENDA	08
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO	08
RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DE LEIS E REGULAMENTOS	09
RELATÓRIO DOS AUDITORES NA LÍNGUA INGLESA	10
ANEXOS	11



Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

RESUMO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA

1) Relatório do Balanço Patrimonial em 31/12/2011

Emitido relatório contendo: relatório sem modificações, demonstrações financeiras e notas explicativas.

2) Relatório de Controles Internos

Não encontramos evidências de erros que pudessem afetar materialmente as demonstrações financeiras do exercício de 2011.

3) Relatório de Observâncias de Leis e Regulamentos

Não foram encontradas irregularidades em relação ao cumprimento de leis, regulamentos e cláusulas de contratos.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
**Diretoria e Membros do Conselho Fiscal da
Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.



Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião:

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório, em 08 de abril de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 16 de março de 2012.

Planners Auditores Independentes

CRC 2 SP /14.712/O-2
CVM nº 11.398

Valter Piovam
Contador CRC 1SP146651/O-0
CNAI n.º 1.018

Catia Sirlene da Silva Kaihara
Contadora CRC 1SP167498/O-8



NOTAS DA AUDITORIA

1) CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

A **Ação Educativa – Assessoria Pesquisa e Informação** é pessoa jurídica de direito privado, constituída enquanto Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, com prazo de duração indeterminado, fundada em 7 de maio de 1994, sediada na Rua General Jardim, 660, Vila Buarque – CEP 01.223-010 – São Paulo – SP, Brasil, tem Foro no Município de São Paulo e está inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 00.134.362/0001-75.

A **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, de acordo com seus estatutos sociais, tem como finalidade institucional promover ações educativas e culturais, assim como subsidiar e apoiar instituições públicas ou privadas, centros de pesquisa, igrejas, movimentos e grupos. Para isso, poderá, atuando por si ou em cooperação com terceiros, no Brasil ou no exterior:

- (a) Realizar, promover ou divulgar levantamentos, estudos, pesquisas e atividades afins;
- (b) Realizar, promover ou participar de debates, conferências, seminários, congressos, cursos, mostras e atividades afins;
- (c) Conceder dotações, para indivíduos ou grupos, para apoiar projetos no âmbito de atuação da Associação;
- (d) Prestar assessoria, consultoria ou apoio técnico em planejamento, monitoramento, controle, avaliação e execução de projetos;
- (e) Manter serviços de documentação, informação e comunicação;
- (f) Editar, publicar, promover a venda e distribuir publicações, impressas ou em outros suportes, próprias ou de terceiros;
- (g) Produzir, editar, duplicar e distribuir obras audiovisuais, próprias ou de terceiros, registradas por meios magnéticos, químicos, digitais ou quaisquer outros, respeitados os direitos de autor;
- (h) Propor ações visando à defesa de direitos da população, no âmbito judicial ou administrativo;
- (i) Propor, apoiar ou desenvolver ações voltadas ao atendimento social de grupos empobrecidos;



- (j) Promover atividades educativas e culturais para adolescentes, jovens e adultos visando a sua inclusão social e profissional;
- (k) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área educacional e cultural;
- (l) Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros e lideranças populares;
- (m) Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.

2) REPRESENTAÇÃO LEGAL

A representação legal da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** é exercida por sua Diretoria e Procuradores, conferindo aos procuradores, poderes para em conjunto ou separadamente gerir e administrar da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, representá-la junto aos órgãos governamentais, bancos e demais entidades físicas ou jurídicas.

Eleição em 18/06/2010 – Triênio 2010/2013

A representação legal da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** é exercida por sua Diretoria e Procuradores, conferindo aos procuradores, poderes para em conjunto ou separadamente gerir e administrar da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, representá-la junto aos órgãos governamentais, bancos e demais entidades físicas ou jurídicas.

Representantes legais da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**:

Presidente:

Maria Machado Malta Campos
CPF: 043.022.228-91

Diretor Secretário:

Fernanda Carvalho Papa
CPF: 250.969.718-80

Diretor Financeiro:

Orlando Joia
CPF: 042.374.808-44



Conselho Fiscal:

Waldemir Bargieri
Tomás Carmona

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil da **Ação Educativa** é terceirizada e elaborada através de processamento eletrônico de dados. O Plano de Contas é geral e obedece aos itens orçamentários institucionais da Instituição. Os livros Diário e Razão, bem como os Balancetes e Balanço são emitidos a partir do sistema geral de contabilidade e englobam todas as atividades da instituição.

O registro de receitas e despesas é efetuado por regime de competência. No final de cada exercício os saldos dos recebimentos de projetos não realizados são transferidos como adiantamentos de projetos no passivo circulante. Para os projetos cujos recebimentos de entidades financiadoras tenham realização de gastos anteriores aos recebimentos dos recursos contratados, os valores são mantidos no ativo circulante.

4) IMPOSTO DE RENDA

A **Ação Educativa**, por sua finalidade, objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Regulamento do Imposto de Renda) aprovado pelo Decreto no. 3.000 de 26 de março de 1999, é isenta do Imposto de Renda. A entidade apresenta, anualmente, sua Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, na forma da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal.



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Examinamos os controles internos da **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** relacionados à contabilidade. O exame das propriedades de cada classe significativa de transação e os ativos com ela relacionados, objetivando considerar os tipos de erros e irregularidades que poderiam ocorrer na atividade analisada, determinar quais os procedimentos de controle internos que evitariam e detectariam tais erros e irregularidades; verificar se há prescrição tácita ou escrita para tais procedimentos de controle interno, e se eles estão sendo satisfatoriamente executados; e avaliar qualquer deficiência para determinar seu efeito sobre as demonstrações contábeis, a oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados, e as sugestões a serem feitas à entidade.

Examinamos, por meio de amostragem, a documentação de suporte de pagamentos relativa aos Projetos. Verificamos a legalidade da documentação, a integridade no registro no Razão, organização das notas e recibos com as respectivas cópias de cheques e somas internas e rotinas administrativas da **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**. Não foram encontradas irregularidades que afetassem materialmente os registros.

Foram examinadas as cópias de cheques e os respectivos comprovantes de gastos, comparando-as com os registros no razão e nos extratos bancários. Não encontramos evidências que representassem fraqueza neste controle interno.

RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DE LEIS E REGULAMENTOS

Em nossa opinião, a **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** não desobedeceu leis, regulamentos e cláusulas de contratos ou acordos de concessão que possam ter efeito direto e material sobre o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Superávit ou Déficit do Exercício de Janeiro a Dezembro de 2011.



**To the Quotaholders and Board of Directors of
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**
São Paulo - Brasil

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT

We have audited the accompanying financial statements of **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**, which comprise the statement of financial position as at December 31, 2011, and the statement of surplus, statement of changes in equity and statement of cash flows for the year then ended, and a summary of significant accounting policies and other explanatory information.

Management's Responsibility for the Financial Statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of these financial statements in accordance with International Financial Reporting Standards, and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. Those standards require that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgment, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the entity's preparation and fair presentation of the financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.



Opinion

In our opinion, the financial statements present fairly, in all material respects the financial position of **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** as at December 31st, 2011, and its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with Brazilian Financial Reporting Standards.

Others issues:

The financial statements at December 31st, 2010, presented for comparison purposes, were audited by us and, on them, we expressed an unqualified opinion thereon dated April 08th, 2011.

São Paulo, March 16, 2012

Valter Piovam
Accountant
CRC 1SP146651/O-0

Catia Sirlene da Silva Kaihara
Accountant
CRC 1SP167498/O-8

AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

CNPJ 00.134.362/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2011	2010	PASSIVO	Nota Explicativa	2011	2010
CIRCULANTE:				CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.530.737,58	2.475.883,70	Fornecedores		36.003,27	33.315,11
Contas a receber		12.697,07	23.435,64	Salários e encargos sociais		312.640,55	264.397,68
Estoques	6	22.701,20	23.424,20	Impostos e taxas a recolher		12.330,11	50.986,53
Outros créditos		133.200,88	362.628,08	Outras Contas a pagar		153.280,07	29.493,60
				Adiantamentos de projetos	9	2.936.992,43	2.024.033,85
Total do ativo circulante		3.699.336,73	2.885.371,62			3.451.246,43	2.402.226,77
NÃO CIRCULANTE:				PATRIMÔNIO SOCIAL			
Realizável a longo prazo				Patrimônio Social	13	446.868,42	446.868,42
Depósitos Judiciais	7	34.392,73	34.392,73	Superávit Acumulado		814.021,90	632.282,20
Imobilizado	8	807.378,01	808.180,61	Superávit do Exercício		(129.950,04)	278.316,34
Intangível		41.079,24	31.748,77			1.130.940,28	1.357.466,96
Total do ativo não circulante		882.849,98	874.322,11				
TOTAL DO ATIVO		4.582.186,71	3.759.693,73	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		4.582.186,71	3.759.693,73

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


 MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
 CPF: 043.022.228-91
 PRESIDENTE


 MÁRCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
 CRC.:TC 1SP 281261/P-4

AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
CNPJ 00.134.362/0001-75
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em reais)

Rua General Jardim, 600
 São Paulo, SP, Brasil
 CEP: 01224-910
 Fone/Fax: 3151-3388



	Nota Explicativa	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL			
Financiamentos de projetos e doações	10	6.593.688,67	5.873.689,57
Vendas e serviços prestados		251.647,34	655.188,80
Direitos autorais		265.047,47	341.142,63
Locações e condomínios		134.124,76	81.159,16
Antecipações de Direitos Autorais		2.450,39	247.235,64
		7.246.958,63	7.198.415,80
DEDUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL			
(-) Impostos incidentes		(131.359,11)	(114.148,11)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		7.115.599,52	7.084.267,69
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Recursos Humanos	11	(3.116.356,73)	(2.849.549,29)
Despesas com Projetos	12	(3.690.885,57)	(3.458.724,29)
Despesas administrativas e gerais		(622.955,92)	(558.999,03)
Resultado financeiro líquido		179.309,90	62.655,15
		-7.250.888,32	-6.804.617,46
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Indenizações de Seguros		14.003,01	-
Baixa de Imobilizado a título de doação		-8.664,25	(1.333,89)
		5.338,76	-1.333,89
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		-129.950,04	278.316,34

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
 CPF: 043.022.228-91
 PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
 CRC.:TC 1SP 281261/P-4

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Reserva de capital De doações</u>	<u>Superávit acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2008	426.402,40	20.466,02	974.993,21	1.421.861,63
Ajuste do Exercício anterior			5.600,00	5.600,00
Déficit do exercício			(348.311,01)	(348.311,01)
Em 31 de dezembro de 2009	426.402,40	20.466,02	632.282,20	1.079.150,62
Superávit do exercício			278.316,34	278.316,34
Transferência ao patrimônio social	20.466,02	(20.466,02)		-
Em 31 de dezembro de 2010	446.868,42	-	910.598,54	1.357.466,96
Saldo do Projeto EED 2009			(93.002,18)	(93.002,18)
Exercício anterior			(3.574,46)	(3.574,46)
Déficit do exercício			(129.950,04)	(129.950,04)
Em 31 de dezembro de 2011	446.868,42	-	684.071,86	1.130.940,28

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
CPF: 043.022.228-91
PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
CRC.:TC 1SP 281261/P-4

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 EM REAIS

	2011	2010
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
- Superávit (déficit) do exercício	(129.950,04)	278.316,34
- Ajustes Exercícios Anteriores	(96.576,64)	-
Despesas (RECEITAS) que não afetam o caixa:		
- Depreciação e amortização	83.133,87	73.373,32
- Ajustes do imobilizado	8.664,25	1.333,89
Varição de ativos e passivos:		
- Contas a receber	10.738,57	19.181,99
- Estoques	723,00	11.071,21
- Outros créditos	229.427,20	(252.914,86)
- Fornecedores	2.688,16	10.728,68
- Salários e encargos sociais	48.242,87	(22.911,05)
- Impostos e taxas a recolher	(38.656,42)	38.108,23
- Outras contas a pagar	123.786,47	(226.208,00)
- Adiantamentos de projetos	912.958,58	951.718,15
CAIXA ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.155.179,87	881.797,90
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
- Aquisição de direitos do Imobilizado	(90.995,52)	(72.063,29)
- Aquisição de direitos do Intangível	(9.330,47)	(13.122,40)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(100.325,99)	(85.185,69)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
- Financiamentos	-	(20.985,63)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(20.985,63)
CAIXA ORIGINADO DAS ATIVIDADES	1.054.853,88	775.626,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: (Nota 5)		
(+) Saldo inicial	2.475.883,70	1.700.257,12
(-) Saldo final	3.530.737,58	2.475.883,70
	1.054.853,88	775.626,58

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
 CPF: 043.022.228-91
 PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
 CRC.:TC 1SP 281261/P-4



Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituído enquanto sociedade civil sem fins lucrativos, e com prazo de duração indeterminado, fundada em 7 de maio de 1994. Encontra-se sediada na Rua General Jardim, 660 - CEP 01223-010 - São Paulo, SP, Brasil e Foro Município de São Paulo e está inscrita no CNPJ sob nº 00.134.362/0001-75. De acordo com seus estatutos, tem como finalidade institucional, promover ações educativas e culturais, assim como subsidiar e apoiar instituições públicas ou privadas, centros de pesquisa, igrejas, movimentos e grupos. Para isso poderá por si ou em cooperação com terceiros, no Brasil ou exterior: (a) Realizar, promover ou divulgar levantamentos, estudos, pesquisas e atividades afins; (b) Realizar, promover ou participar de debates, conferências, seminários, congressos, cursos, mostras e atividades afins; (c) Conceder dotações, para indivíduos ou grupos, para apoiar projetos no âmbito de atuação da Associação; (d) Prestar assessoria, consultoria ou apoio técnico em planejamento, monitoramento, controle, avaliação e execução de projetos; (e) Manter serviços de documentação, informação e comunicação; (f) Editar, publicar, promover a venda e distribuir publicações, impressas ou em outros suportes, próprias ou de terceiros; (g) Produzir, editar, duplicar e distribuir obras audiovisuais, próprias ou de terceiros, registradas por meios magnéticos, químicos, digitais ou quaisquer outros, respeitados os direitos de autor; (h) Propor ações visando à defesa de direitos da população, no âmbito judicial ou administrativo; (i) Propor, apoiar ou desenvolver ações voltadas ao atendimento social de grupos empobrecidos; (j) Promover atividades educativas e culturais para adolescentes, jovens e adultos visando a sua inclusão social e profissional; (k) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área educacional e cultural; (l) Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros e lideranças populares; (m) Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, considerando as alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, consolidadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC nº 10.19).

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do superávit ou déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição. A entidade contabilizou as depreciações do ativo imobilizado calculando-as pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica do bem.

Os ativos permanentes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment). Nos exercícios de 2011 e 2010 não foram apuradas perdas dessa natureza.

c) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço.



d) Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, legislação vigente, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente buscando-se determinar valores que mais se aproximem das efetivas liquidações de ativos ou passivos considerados.

4. IMPOSTO DE RENDA

A **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, por sua finalidade, objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Regulamento do Imposto de Renda) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, é isenta do imposto de renda.

A Entidade apresenta anualmente sua declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica na forma Normativa da Secretaria da Receita Federal.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa:		
Em moeda nacional	668,18	461,26
Em moeda estrangeira U\$D e Euro	7.415,96	4.163,00
Depósitos Bancários	<u>296.559,32</u>	<u>396.828,98</u>
	<u>304.643,46</u>	<u>401.453,24</u>
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional:		
Fundos de Investimentos	539.813,66	775.635,01
Certificado de depósito bancário-CDB	2.288.352,21	1.036.134,78
Poupança	<u>397.928,25</u>	<u>262.660,67</u>
	<u>3.226.094,12</u>	<u>2.074.430,46</u>
	<u>3.530.737,58</u>	<u>2.475.883,70</u>

Os certificados de depósito bancário-CDBs, são emitidos por instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração de 95 a 97% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.



As aplicações em fundos de investimento não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata.

A Administração da Entidade entende que o montante de caixa e equivalentes de caixa são suficientes pra o cumprimento de obrigações de curto prazo.

6. ESTOQUE

Os estoques de publicações são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos valores de mercado.

7. DEPÓSITO JUDICIAL

O depósito judicial no valor de R\$ 34.392,73 do exercício de 2002, relativo aos autos de infração da Prefeitura Municipal de São paulo, continua pendente de julgamento pela Fazenda Pública Estadual.

Conforme posição dos assessores jurídicos da Entidade, a probabilidade de perda é remota.

8. IMOBILIZADO

	Tempo de vida útil Econômica em anos	2010	Adições/ Baixas	2011
Edifícios e Construções	25	789.595,30	-	789.595,30
Equipamentos de Processamento	5	221.716,10	67.880,93	289.597,03
Móveis e Utensílios	10	57.582,36	1.092,07	58.674,43
Máquinas e Equipamentos	10	45.897,35	592,26	46.489,61
Instalações	10	48.426,31	7.408,89	55.835,20
Biblioteca	10	22.568,21	-	22.568,21
		1.185.785,63	76.974,15	1.262.759,78
Depreciação/amortização				
(-) Edifícios e Instalações		(139.587,69)	(28.951,81)	(168.539,50)
(-) Equipm ^{os} de Processamento		(144.412,22)	(30.764,39)	(175.176,59)
(-) Móveis e Utensílios		(31.817,29)	(4.107,70)	(35.924,99)
(-) Máquinas e Equipamentos		(14.781,56)	(4.639,08)	(19.420,64)
(-) Instalações		(19.551,88)	(3.324,41)	(22.876,29)
(-) Biblioteca		(16.837,78)	(2.258,05)	(19.095,83)
(-) Software ou Progr. de Computadores		(10.616,60)	(3.731,33)	(14.347,93)
		(377.605,02)	(77.776,75)	(455.381,77)
		808.180,61	(802,60)	807.378,01

9. ADIANTAMENTOS DE PROJETOS

Valores relativos a financiamento de projetos, recebidos no exercício, para serem utilizados no exercício seguinte.

Fonte	2011	2010
Fundação Avina	76.981,40	330.074,17
ICAE	-	-
Kindernothilfe	27.693,69	39.063,36
Fundação Ford	36.375,69	88.582,12
UNICEF	91.867,28	133.102,15
SESI	611,83	227,58
Fundação CASA	137.586,97	201.870,98
INEP	264.594,12	180.168,02
Action Aid	-	2.411,36
Save The Children	-	808,92
Instituto C&A	110.383,96	31.478,94
Global - Campaign	22.148,36	33.117,39
UNESCO	58.019,28	11.113,88
Clade	-	572,96
Plan International	-	5.573,26
Fundação Telefônica	-	113.066,15
Instituto Paulo Montenegro	-	53.903,99
Editora Global	448,61	2.899,00
Visa do Brasil	1.215,20	3.330,35
Instituto Embraer	-	6.387,64
Oxfam	-	5.886,38
Instituto IBI	36.037,35	32.788,10
Centro Cultural da Espanha	10.665,68	51.073,90
Instituto Unibanco	56.878,96	92.000,00
Fundação Roberto Marinho	-	1.884,41
Fumcad	-	6.818,60
Prefeitura de Bebedouro	95.939,12	65.185,94
Racional Engenharia	-	633,55
Porticus Stiftung Auxilium	32.111,34	119.928,74
CEAAL/CLADE	-	2.553,88
Fresce	73.884,47	47.865,18
Stiftung Open Society Institute	259.358,32	155.371,64
Caixa Econômica Federal	-	27.840,09
Instituto Paulo Freire	-	100.000,00
IBASE	30.324,50	39.678,14
Instituto Empreender	-	1.895,15
Prefeitura de Guarulhos	-	951,71
CESE Coordenação Ecumênica de Serv.	-	15.000,00
Secretaria de Estado da Cultura	6.999,95	1.948,32
Atividades de Cultura	-	1.204,64
Coordenação de Juventude	20.490,38	15.773,26
FSM - Petrobrás	504.172,17	-
Fundo Institucional PNLD	981.480,88	-
Racional Engenharia	722,92	-
TOTAL	2.936.992,43	2.024.033,85



10. FINANCIAMENTOS DE PROJETOS E DOAÇÕES

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Agências Internacionais de cooperação	2.595.463,03	2.457.836,72
Agências governamentais	2.050.812,95	1.878.698,23
Agências e organizações privadas	1.867.917,05	1.402.326,57
Doações e filiações	79.495,64	134.828,05
	<u>6.593.688,67</u>	<u>5.873.689,57</u>

11. RECURSOS HUMANOS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração	1.562.062,34	1.429.725,12
Encargos sociais	591.839,77	583.080,25
Benefícios	304.031,36	247.682,49
Férias e 13º salário	432.483,06	413.432,45
Estagiários	160.568,86	109.240,74
Outras despesas	65.371,34	66.388,24
Total	<u>3.116.356,73</u>	<u>2.849.549,29</u>

12. DESPESAS COM PROJETOS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Serviços prestados Pessoa Jurídica	2.243.736,77	2.114.979,19
Serviços prestados Pessoa Física	299.692,34	257.070,44
Despesas com viagens	652.323,51	536.012,49
Despesas gráficas	98.255,76	174.510,98
Materiais didáticos e pedagógicos	94.805,74	75.740,92
Despesas de postagem	52.910,90	32.591,62
Dotações Pessoa Jurídica	22.656,50	79.552,56
Despesas com cópias e encadernações	58.530,87	26.033,73
Outras despesas com projetos	167.973,18	162.232,36
Total	<u>3.690.885,57</u>	<u>3.458.724,29</u>



13. PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits ou reduzido pelos déficits, que são apurados anualmente desde a data de sua constituição.